

EMPRÉSTIMO LINGUÍSTICO E PURISMO

Vito Cesar de Oliveira Manzollilo USP
vicemanzollilo@globomail.com

Toda a fúria nacionalista contra essa *avalancha* de termos e construções, caracterizados como *estrangeirismos*, teve a sustentá-la um arcabouço teórico muito mais filológico que linguístico. Com o desenvolvimento da linguística moderna e a sua disseminação no âmbito universitário, esse fenômeno relacionado aos empréstimos linguísticos começou a ter novas *abordagens*.

(FEIJÓ, 1994, p. 64)

RESUMO

Dizendo respeito especialmente ao léxico – segundo Vilela (1979: 55), “o último nível linguístico antes da passagem à realidade não linguística” –, aqui no Brasil, assim como em outros países, o empréstimo já foi considerado vício de linguagem, barbarismo, ameaça à pureza da língua e, em casos mais extremos, elemento capaz de provocar a sua derrocada. Felizmente, na atualidade, a ciência da linguagem vem se encarregando de colocar as coisas em seus devidos lugares, seja esclarecendo que o empréstimo não pode ser abordado exclusivamente a partir de condicionamentos linguísticos, seja evidenciando o absurdo de propostas como a de um deputado federal que, no final do século passado, julgou ser possível controlar o uso de palavras estrangeiras por meio de decreto. Nesse sentido, abordar aspectos ligados ao binômio empréstimo/purismo é o que se pretende com esta exposição.

Palavras-chave: Empréstimo linguístico. Purismo. Lexicografia. Lexicologia. Neologismo.

Para Leite (1999a, p. 19),

o purismo linguístico é um fenômeno que surgiu a partir do estabelecimento, em uma dada língua, de um modo de falar ou de escrever “melhor” do que os demais. Isto é, decorre de haver em cada língua vários usos, tendo um deles sido escolhido como o que poderia servir de modelo a ser imitado por todos.

Elia (1962, *s.v. vernáculo*) explica que “o amor exagerado ao vernáculo chama-se *purismo*”. Para ele (1962, *s.v. purismo*),

o purismo deriva de uma atitude intransigentemente estática diante dos fatos da linguagem e, geralmente, elege um período da língua como intocável (para a língua portuguesa é o período clássico), perante o qual se prostra em reverente submissão. O purismo se choca com a realidade da língua, fruto de múltiplos e atuantes fatores que a impedem de marmorizar-se em cânones infrangíveis. Todavia a língua possui uma disciplina, que a liberta de inovações parasitárias ou nocivas e a mantém dentro do espírito progressista da tradição do idioma.

Rodrigues (2004, *s.v. purismo*), ao definir purismo como a “atitude segundo a qual a utilização da língua deve se conformar a uma norma ideal que visa a privilegiar um uso dito ‘puro’, sem empréstimo de outras línguas”, torna explícita a forte correlação existente entre purismo e empréstimo”.

Faraco (2001, p. 143) informa estar a raiz do purismo

na cultura ocidental, (...) no ideal greco-latino de pessoa culta, ao qual se agregava o pressuposto de bem-falar e bem-escrever, isto é, de cultivar certos padrões de língua identificados com o uso dos autores consagrados. A chamada *puritas* (isto é, a “correção idiomática”, ou, como diríamos hoje, o uso da norma padrão) era, assim, uma das grandes qualidades do estilo do orador e do escritor.

Dubois *et al.* (1973, *s.v. purismo*), de forma ampla, identificam purismo com o

comportamento de certos falantes para com sua língua, caracterizado pelo desejo de fixá-la num estado de sua evolução, considerado como norma ideal e intangível, à qual devem ser reduzidos todos os desvios; o purismo busca justificar-se por meio de considerações de ordem moral (preservação da pureza da língua).

Ao comentar o conceito, Jota (1981, *s.v. purismo*) deixa bem claro não ver razão de ser no purismo, caracterizado por ele como uma

excessiva obediência à pureza da língua, com repúdio aos neologismos, aos estrangeirismos, às gírias. Decorrente de uma deformada visão da língua, que não se harmoniza com o amplo horizonte da linguística moderna, atualmente só os ignorantes podem ainda esposar tanta intransigência, como se a língua fosse simples massa petrificada. A língua, por si mesma, gera o antígeno que a defende de corpos indesejáveis, preservando-lhe a estrutura e a índole.

Crystal (1997b, p. 435) define a noção como “a visão de que uma língua precisa preservar padrões tradicionais de correção e ser protegida contra a influência estrangeira”. Em outra ocasião (1997a, *s.v. purism (purist)*), lembra ainda que, em linguística, o termo é usado de modo pejorativo para caracterizar uma escola de pensamento que encara a língua como algo que precisa ser preservado das influências estrangeiras e também daquelas advindas da linguagem coloquial. Na visão do autor, a postura purista não é aceita pelos linguistas, pois estes têm a consciência da inevitabilidade da mudança linguística.

Pinto (2011, vocabulário crítico, *s.v. purismo*) encara o termo como uma “atitude de apego às formas vernáculas da língua e, conseqüentemente, de repúdio a toda inovação, quer proveniente de outra língua, quer devida a formação interna recente”.

Câmara Jr. (1991, *s.v. purismo*), por seu turno, define purismo como a

atitude de extremado respeito às formas linguísticas consagradas pela tradição do idioma, que muitas vezes se assume na língua literária; a língua é considerada à maneira de uma água cristalina e pura, que não deve ser contaminada. Daí, a hostilidade aos estrangeirismos, aos neologismos e a todas as formas linguísticas não autorizadas pelo uso literário tradicional. Essa atitude, adotada rigidamente, cerceia a capacidade expressiva.

No âmbito da linguagem literária, noção relacionada a purismo é a de *vernaculidade*, isto é,

a qualidade de um escritor saber aproveitar os traços característicos e distintivos da língua nacional, mesmo os mais fugidios, de preferência a recorrer a neologismos e estrangeirismos; a vernaculidade é o dom da expressão estilística dentro do purismo (CÂMARA JR., 1991, *s.v. vernáculo*).

Em outra oportunidade, observando mais detidamente o binômio purismo/*estrangeirismo*, Câmara Jr. (1999, p. 131) expõe que

pode-se dizer, em essência, que o purismo consiste em imaginar a língua como uma espécie de água cristalina e pura, que não deve ser contaminada. Perde-se a noção de que ela é o meio de comunicação social por excelência, ou, para mantermos o símile, a água de uma turbina em incessante atividade e mais ou menos turva pela própria necessidade da sua função. De um ponto

de vista assim teoricamente falso, passa-se a rejeitar tudo aquilo comumente usado, mas que resulta de uma influência estrangeira ou da generalização do que foi de início um erro individual, um vulgarismo ou um regionalismo. Em português, a norma culta tem-se deixado conduzir, neste particular, para uma posição de excessiva hostilidade contra os estrangeirismos.

E completa: “É uma atitude pouco inteligente e negativa a de rejeitar uma palavra ou um tipo de frase de que todos se servem, pelo simples motivo de lhe sabermos a origem francesa, inglesa ou alemã” (CÂMARA JR., 1999, p. 133).

Relativamente ao português, o conceito de purismo encontra-se bastante ligado à noção de *empréstimo*, especialmente entre os séculos XVIII e XX, época de grande influência francesa no mundo, inclusive no Brasil e em Portugal, que viveram então período de grande galicofobia⁵⁰. Consoante assinala Leite (1999a, p. 131), “o antigalicismo era uma briga de Portugal, que não queria se submeter, também na língua, ao domínio francês já existente na esfera político-econômica. Por extensão, e não por convicção, os brasileiros reagiam contra esse domínio”.

Paxeco (1949, p. 58, nota 142) assinala ainda que

a influência da Língua Francesa, não só quanto ao léxico, mas ainda no que respeita à morfologia e sintaxe, tem sido tão grande no português, que os Gramáticos se viram obrigados, desde longa data, a escrever obras de combate ao *galicismo* – palavra que tomou um conteúdo emocional muito mais forte que o de *espanholismo*, *italianismo* ou *anglicismo*.

Nessa ocasião de ascendência linguística e cultural francesa, era comum que “autoridades linguísticas” elaborassem glossários de palavras e de construções que deveriam ser evitadas justamente por serem consideradas galicismos. Pretendia-se, com essa prática, instruir o povo e salvar a pureza e a autossuficiência do idioma.

Conforme informação de Cunha (1981, p. 33),

em princípios do século XIX, o perigo era considerado de tal monta que a Academia Real das Ciências (de Lisboa) incluiu como assunto prioritário no programa de 1810, da classe de literatura portuguesa, a elaboração de um “Glossário, ou catálogo de palavras e frases, em que se mostre com toda a individuação as que são próprias da língua francesa, e que por descuido ou ignorância se tem introduzido na locução portuguesa moderna, contra o antigo e bom uso, e principalmente as que forem contra o gênio da nossa língua, e como tais inadotáveis nela”. Foi para satisfazer à aspiração dos seus confrades que Frei Francisco de São Luís [ou cardeal Saraiva, 1766-1845] escreveu o *Glossário das palavras francesas*, publicado em 1827 às expensas da própria Academia.⁵¹

É claro que o juízo crítico dos autores dos glossários não era suficiente para regular os usos linguísticos. Muitas das palavras condenadas ainda hoje sobrevivem, tendo ocorrido também o fato oposto, isto é, elementos tidos como proveitosos acabaram por desaparecer, numa clara evidência de que, em matéria de língua, os próprios falantes é que acabam decidindo o melhor rumo a seguir.⁵²

⁵⁰ Na Itália, a situação era a mesma, de acordo com Tagliavini (1993, p. 448): “O léxico francês penetrou fundo no italiano, com empréstimos e decalques, suscitando inclusive, mais de uma vez, protestos violentos ou acalorados de puristas nostálgicos contra o galicismo invasor”.

⁵¹ O título completo da obra é *Glossário das palavras e frases da língua francesa, que por descuido, ignorância, ou necessidade, se tem introduzido na locução portuguesa moderna; com o juízo crítico das que são adotáveis nela*. Segundo informa Leite (1999b, p. 83), sua data de publicação foi 1816. Esse também é o ano que aparece em Bagno (2004, p. 60). Verdelho (2002, p. 60), no entanto, concorda com Cunha.

⁵² Entre as palavras condenadas pelo cardeal Saraiva, por exemplo, encontram-se as seguintes: *confinar*, *emoção*, *fuzil*, *fuzilar*, *imbecil*, *panfleto*, *perecível*, *regressar*, *reprimenda*, *rotina* e *sabre*. Por outro lado, a expressão *grande*

Algumas décadas depois, precisamente em 1889, o médico brasileiro Antônio de Castro Lopes (05.01.1827 – 11.05.1901)⁵³, ainda hoje lembrado muito mais em função do inusitado e do pitoresco de suas propostas do que de seu real valor como estudioso, publica, no Rio de Janeiro, a obra *Neologismos indispensáveis e barbarismos dispensáveis*, na qual sugeria a substituição de estrangeirismos em voga naquele momento por criações produzidas a partir de bases, sobretudo, latinas. Assim, em lugar de *nuance*, passaria a ter uso *ancenúbio*, o mesmo ocorrendo com *balípodo* em relação a *futebol*⁵⁴, *cardápio* (*menu*)⁵⁵, *choribel* (*carnê*), *concião* (*meeting*), *convescote*, (*piquenique*), *focale* (*cachenê*), *lucivéu* ou *lucivelo* (*abajur*), *ludâmbulo* (*turista*), *nasóculos* (*pincenê*), *plutenil* (*parvenu*), *preconício* (*reclame*), *premagem* (*massagem*), *protofonia* (*overture*), *runitmol* (*avalanche*) e *venaplauso* (*claque*).

Observando-se de forma atenta a relação anterior, nota-se que os esforços do médico-filólogo Castro Lopes não obtiveram lá muito êxito. Em alguns casos, tanto sua criação quanto o estrangeirismo combatido deixaram de ser usados (cf. *concião* e *meeting* e *plutenil* e *parvenu*, por exemplo). *Pincenê* e *claque* não desapareceram de todo, embora sejam cada vez menos utilizados. Melhor sorte, talvez, esteja reservada a *reclame*, pelo menos enquanto o apresentador Fausto Silva ainda estiver no ar anunciando “os reclames do Plim-Plim”.

Pode-se dizer ainda que apenas *cardápio* e *protofonia* lograram alguma aceitação, apesar de o primeiro não ter conseguido expulsar de modo definitivo o concorrente

mondo (do francês *le grand monde*), aceita pelo autor, acabou, naturalmente, por cair no esquecimento – cf. Cunha (1981, p. 105, notas 59 e 60). Também com relação ao espanhol, as recomendações dos puristas não foram levadas em conta, conforme se depreende do seguinte trecho, extraído de Haensch *et al.* (1982, p. 411): “A experiência demonstrou que os excessivos esforços proibitivos e prescritivos que vão contra as tendências evolutivas da língua tiveram, em geral, pouca influência sobre esta. Como demonstrou o *Dicionário de galicismos* de R. Baralt, muitos vocábulos e construções censurados por este autor são hoje correntes no espanhol padrão, e não poucos inclusive foram admitidos pela Real Academia Espanhola”. Além disso, conforme informa Bagno (2003, p. 109-110), “no III Congresso Internacional da Abralin (Associação Brasileira de Linguística), realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro em março de 2003, a linguista canadense Shana Poplack apresentou dados interessantíssimos de sua pesquisa sobre a relação entre realidade linguística e atividade dos gramáticos. Apoiada na análise de 300 gramáticas normativas da língua francesa publicadas ao longo de 400 anos (entre os séculos XVI e XX), Poplack mostrou que as tentativas dos gramáticos de domar a língua se revelam amplamente frustradas: por mais que os gramáticos criem regras para controlar a atividade linguística dos falantes, estes dão pouca ou nenhuma importância efetiva a tais regulamentações, e continuam a moldar a língua segundo suas próprias intuições e necessidades ‘atropelando’ a gramática normativa e ‘errando’ à vontade. Assim, construções linguísticas que até hoje são condenadas como erro pelos normativistas já eram empregadas pelos falantes do francês 400 anos atrás, conforme testemunham as prescrições dos gramáticos antigos! Isso prova que, de fato, é a *atividade linguística* dos próprios falantes em suas interações sociais e em suas relações de poder que, em cada época, moldam os critérios de rejeição e de aceitabilidade.”

⁵³ Conforme comenta Martins (1988, p. 65), “o latinista e médico Doutor Antônio de Castro Lopes, [sic] ficou tristemente famoso por duas obras – uma, por propor explicações estapafúrdias à origem dos anexins; outra, por sugerir substituições gregas e latinas para os estrangeirismos, como aquele terrível *anidropodoteca*, e outras *sesquipedalia verba*”.

⁵⁴ Segundo Houaiss e Villar (2001, s.v. *ballípodo*), essa foi a palavra proposta por Castro Lopes em substituição ao anglicismo *futebol*. De acordo com Carvalho (2002, p. 66) e com Monteiro (2002, p. 199), a forma em questão seria *ludopédio*. Já em Maciel (1931, p. 435-436), lê-se que o “jovem e ilustrado professor Archanchy” criou uma alternativa que pudesse fazer as vezes do estrangeirismo, isto é, o “belo vocábulo *ballipodio*.”

⁵⁵ Conforme se lê em Neves (2003, s.v. *cardápio*), a criação de Castro Lopes é mais usada do que a unidade léxica francesa: 69% contra 31%.

francês. Quanto a *convescote*, trata-se, conforme se lê em Resende (1993), de “um preciosismo que traz uma nota galhofeira”.

O fato é que nem mesmo um purista convicto como Cândido de Figueiredo via de forma muito positiva essa prática de Castro Lopes. A respeito dela, assim se manifestou numa ocasião: “É óbvio que, na substituição de um estrangeirismo, sobretudo se ele está vulgarizado, é mil vezes preferível *aportuguesá-lo*, ou substituí-lo por palavra já conhecida, a criar vocábulos eruditos, que o povo não percebe nem aceita facilmente”. (FIGUEIREDO, 1928, p. 284)

No Brasil, Castro Lopes não foi o único a forjar palavras que pudessem tomar o lugar de estrangeirismos. De acordo com Cunha (1991, s.v. *véspera*), na acepção de festa ou espetáculo realizado à tarde, “o voc. [*vesperal*] foi introduzido na língua portuguesa, para traduzir o fr. *matinée*, por Cláudio de Sousa, em 1920”.⁵⁶ Já o escritor romântico brasileiro Visconde de Taunay (1843 – 1899), autor de *Inocência*, propôs, nesse caso com grande aceitação, a unidade léxica *necrotério* para substituir o francesismo *morgue*. O item lexical *chofer*, por sua vez, foi “consid. gal. pelos puristas, que sugeriram em seu lugar: *motorista*” (Houaiss e Villar, 2001, s.v. *chofer*).⁵⁷

O temor de que a língua nacional pudesse sucumbir em função de uma grande quantidade de empréstimos não era exclusividade luso-brasileira. Da mesma forma, a técnica de combate a estrangeirismos adotada no Brasil por Castro Lopes também teve adeptos em outros países, ao que parece, com resultados mais profícuos, segundo se lê em Störig (1987, p. 140):

durante algum tempo palavras estrangeiras chegavam à Alemanha em tal quantidade que se temia viesse a língua a perder suas características próprias. Contra isso lutaram muitas personalidades importantes, chamadas então de “puristas”, que eram até mesmo ironizadas. O próprio Goethe zombou do purista J. H. Campe, que, por volta de 1800, procurou e propôs substitutos alemães para vários estrangeirismos. Com o decorrer do tempo muitas de suas novas criações acabaram por ser aceitas.

A luta sistemática contra as palavras estrangeiras envolvia muito mais do que razões puramente linguísticas. Para alguns, pureza da língua era quase como pureza da raça. Patriotismo e soberania também acabavam entrando em jogo. Aceitar e usar unidades léxicas emprestadas era sinal de subordinação, de inferioridade e de submissão. Nesse sentido, estas palavras de Bréal (1992, p. 74), de Faraco (2001, p. 139-140) e de Nunes (1928, p. 24) são significativas:

Quando se vai ao fundo da repulsa que as palavras estrangeiras provocam em certos espíritos, descobre-se que ela vem de associações de ideias, de lembranças históricas, de visões políticas. Aos puristas alemães, a presença das palavras francesas lembra uma época de imitação que eles gostariam de apagar de sua história. Os filólogos helenos, que baniram as palavras turcas do vocabulário, continuam, a sua maneira, a guerra de independência. Os tchecos, que che-

⁵⁶ Em Duarte (1982, p. 39-40), a responsabilidade pela inovação é atribuída a Amadeu Amaral: “Foi Amadeu Amaral quem do adjetivo pouco usado *vesperal*, relativo à tarde, tirou o substantivo *vesperal*, espetáculo que se realiza à tarde, para substituir o galicismo desnecessário *matinée*, que criava raízes e quase já desapareceu”. Já em Elia (1962, s.v. *neologismo*), lê-se: “*Vesperal* foi neologismo de Cláudio de Sousa para substituir *matinée* no sentido de espetáculo à tarde.” Assim como Elia, Bueno (1967b, p. 186) também credita o surgimento da novidade a Cláudio de Sousa. Quanto à frequência de uso, de acordo com Neves (2003, s.v. *matinê*), a forma francesa (aportuguesada) é a que aparece em 94% dos casos.

⁵⁷ Em crônica de sua autoria, Resende (1993) credita a paternidade da palavra a Medeiros de Albuquerque. No mesmo texto, informa ainda que a proposta de Castro Lopes para substituir *chofer* foi *cinesiforo*.

gam até a querer traduzir os nomes próprios alemães para não deixarem resquícios de um idioma ouvido por muito tempo, ligam à sua obra de expurgo a esperança de sua autonomia. A “pureza” serviu, pois, muitas vezes, de etiqueta a aspirações ou a ressentimentos que não queriam mostrar-se abertamente.

O discurso antissemita dos nazistas incluía uma condenação do que eles identificavam como “iidichismos” (isto é, termos emprestados do iídiche) na língua alemã. Em outros termos, a “raça pura” deveria falar uma “língua pura”.

O meio pelo qual um povo melhor afirma a sua independência é o uso da linguagem própria, a de que se serviram os seus antepassados e lhes foi transmitida de geração em geração; substituímos pela dos outros a que herdamos é em certo modo renunciarmos ao modo de ser e pensar que nos caracteriza e define, para assumirmos o dos outros, por vezes tão diferente; é, numa palavra, uma escravatura, tanto mais indigna quanto não nos foi imposta pela força, mas aceita por nós sem o mínimo sinal de protesto ou revolta.

De forma lúcida, Bechara (2009, p. 599) comenta que

os estrangeirismos léxicos que entram no idioma, por um processo natural de assimilação de cultura ou de contiguidade geográfica, assumem aspecto de sentimento político-patriótico que, aos olhos de puristas extremados, trazem o selo da subserviência e da degradação do país. Esquecem-se de que a língua, como produto social, registra, em tais estrangeirismos, os contatos de povos. Este tipo de patriotismo linguístico (Leo Spitzer lhe dava pejorativamente o nome de *patriotite*) é antigo e revela reflexos de antigas dissensões históricas.

Na esfera da lusofonia, tolerava-se mal o galicismo; havia, porém, certa condescendência com elementos de outras proveniências – italianismos e espanholismos –, os quais pertenciam a línguas estruturalmente mais semelhantes ao português.

O idioma francês era então encarado como um autêntico inimigo, cujas palavras e expressões iam “mareando cada vez mais o brilho da língua nacional” (PEREIRA, 1932, p. 249). Com exagero, falava-se até em “desmoronamento da língua” (VASCONCELLOS, 1966, p. 330), o que, obviamente, não sucedeu.⁵⁸ O sentimento de inferioridade em relação a outros povos também era comum: “se noutros países se respeitam e defendem as respectivas línguas (...), por que haveremos nós de continuar desinteressando-nos da nossa? Será ela menos digna que as demais, em seus predicados?” (AMARAL, 1944, p. 45)

Com o intuito de comprovar a danosa ascendência do francês, alguns autores apelavam para comparações com outras línguas, como fazem, respectivamente, Vasconcellos (1966, p. 329), Nunes (1975, p. 408) e Barreto (1980b, p. 364, nota 1) nestes trechos:

Os nossos autores dos séculos XV e XVI sabiam espanhol, italiano e latim; eram as respectivas literaturas o que sobretudo lhes alimentava o espírito. O francês então cultivava-se pouco. Ora a influência exercida no nosso idioma por aqueles não foi nefasta, como depois a do francês, do século XVII em diante, quando ele começou verdadeiramente a dominar. O francês, de facto, distanciava-se mais do português do que o espanhol e o italiano; o latim era língua-mãe.

A par do francês, também o *espanhol* nos transmitiu alguns vocábulos, mas contrariamente aos daquele idioma, em número muito limitado, não obstante o convívio literário, dantes muito íntimo, e a contiguidade territorial, o que se explica decerto pelo mais estreito parentesco das duas línguas e grande comunidade vocabular.

⁵⁸ Como oportunamente assinala Bagno (2004, p. 66), “o sentimento pessimista de que as línguas, em seus estados atuais, representam inevitavelmente uma ‘corrupção’ ou ‘decadência’ de um estágio anterior de suposta ‘pureza’ não é exclusivo dos falantes do português”. O autor conta que, mesmo entre falantes do inglês e do francês, a sensação de declínio e de morte em relação a suas línguas tem sido observada ao longo do tempo.

(...) mas a influência exercida no nosso idioma pelo espanhol e pelo italiano não foi nefasta, como foi depois a do francês, porque espanhol e italiano são línguas mais conformes à índole da nossa: o francês distancia-se mais do português.⁵⁹

Curioso é observar que até mesmo os mais combativos soldados do exército purista às vezes sucumbiam e acabavam por cometer os mesmos erros contra os quais lutavam. Tal comportamento pode ser observado em Vasconcellos (1966, p. 355), o qual, se desculpa, ao fim de um “exame de delinquências gramático-vocabulares” por eventualmente cometer também algumas das infrações comentadas.

Já Barreto (1982a, p. 311) afirma:

Em matéria de galicismos (...) todos pecamos, porque os mamamos com o leite. Ainda sabendo que são galicismos, eles escorrem-nos pela pena sem darmos fé. Nem os escritores mais puros logram livrar-se do extenso contágio francês que nos rodeia. Não podemos ser inimigos sistemáticos do galicismo. Alguns são necessários, e outros, menos úteis, estão já tão difundidos que hão de sobreviver aos furibundos puristas que os condenam.

Em outra oportunidade (1982b, p. 23), discorrendo ainda sobre o mesmo tema, completa:

No capítulo de galicismos todos pecamos. Nem os que mais se prezam de escrever bem, logram sair imunes de tão extenso contágio francês que nos rodeia. Não é só aos tradutores de folhetins que escapam galicismos: também eles escorrem das mais autorizadas penas.

Ainda que os estrangeirismos léxicos também não fossem poupados, reprimiam-se de forma mais veemente os sintáticos ou fraseológicos, por atingirem diretamente a estrutura do idioma.

Na esfera do vocabulário, eram admitidos apenas os itens lexicais considerados necessários, se bem que poucos autores tenham se dado o trabalho de definir satisfatoriamente o significado desse adjetivo, apelando, não raro, para critérios subjetivos.

Mais específico do que os demais relativamente à definição de palavra necessária (não viciosa, portanto), Almeida (1985, p. 507), reconhecendo que “a permuta de vocábulos é, até certo ponto, admissível entre as diversas línguas como consectário do comércio ou intercâmbio internacional”, define como aceitáveis as

que servem para nomear objetos, artefatos, usanças, ritos, privativos ou originários de nação estranha, bem como produtos da flora, da fauna ou da geologia local, quando, em vez de designados por nome técnico científico ou nome universitário com equipolentes nos outros idiomas, o são por *antonomásia* filiada a tradições ou acidentes meramente indígenas.

Para Barreto (1980b, p. 368-9, nota 1), até mesmo os nomes próprios de pessoas deveriam ser traduzidos, quando da existência de correspondentes na língua portuguesa. Propunha, por exemplo, que o nome do estudioso francês *Michel Bréal* fosse escrito Miguel Bréal, com mudança do prenome e conservação do sobrenome. Acerca dessa mesma questão, faz também estas considerações:

A propósito de nomes próprios, achamos em extremo ridícula a mania de muitos papás e mães que (...) recorrem às línguas estrangeiras, para condecorar os seus pequenos com um nome exótico (...). Os nossos nomes (...) são vulgaríssimos, antipáticos, desarmônicos. Soam

⁵⁹ Bréal (1992, p. 172), de forma pertinente, observa que “os defensores da pureza (...) recomendam – se for necessário aceitar os empréstimos – dirigir-se de preferência a uma língua irmã (...). O conselho é excelente, mas nem sempre fácil de seguir, porque da mesma forma que é preciso pegar os objetos necessários à vida onde eles se encontram, não se pode pegar as palavras a não ser junto aos que as possuem”.

melhor no inglês e no francês. Que frivolidade! Que refinadíssima parvoíce! Como se progride bem no caminho da vernaculidade... à moda do caranguejo!⁶⁰

Como se viu, o conceito de estrangeirismo necessário não era muito preciso. Daí, a preferência, sempre que possível, pelo uso de uma palavra vernácula. Nesse sentido, louvava-se o esforço daqueles que, de alguma forma, seja criando um neologismo, seja ressuscitando um arcaísmo, conseguiam escapar do empréstimo, pois, como diz Barreto (1982b, p. 134, nota 3), “melhor seria uma palavra tirada da língua mesma do que adotar uma de fábrica estrangeira”.

Apesar de toda a campanha empreendida em favor da exclusão de estrangeirismos do português, também se nota, por parte dos gramáticos tradicionais, certa resignação quanto à ineficácia de semelhante atitude, como os seguintes trechos permitem entrever:

Não têm faltado os paladinos da boa linguagem nos dois países onde se fala o idioma português. (...). Infelizmente, aos seus esforços nem sempre tem correspondido o êxito desejado, porque para muitos eles não passam de *caturrices*; isso, não obstante o bom combate, não deve deixar de ser prosseguido pelos que amam a sua língua, porque, embora se não consiga todo o resultado proposto, alguma coisa sempre se alcançará (NUNES, 1928, p. 11-2).

Todos os puristas (...) lutaram e lutam debalde contra estrangeirismos em geral e em especial contra galicismos. Nunca os poderão extirpar de todo. Ainda assim, a sua campanha, inspirada por veemente amor-pátrio é muito simpática, útil, sempre que expliquem bem as razões por que condenam certos galicismos e proponham boas formas e fórmulas nacionais (ou pelo menos peninsulares (...)) com que seria possível substituí-los (VASCONCELOS, 1946, p. 322).

Apesar do combate que lhes deram incansáveis vernaculistas, como Fr. Francisco de S. Luís, Filinto Elísio, Silva Túlio, Castilho e outros, as palavras e expressões francesas vão tomando de assalto o nosso vocabulário, dele desterrando vozes e expressões castiças (COUTINHO, 1976, p. 195).

É desmedido o número de palavras e locuções estrangeiras que em revistas, periódicos e livros afeiam, desnaturalizam e corrompem a língua portuguesa. Parece que são inúteis os esforços dos gramáticos e puristas para depurar a linguagem de tão bárbara e perniciosa pestilência (BARRETO, 1980a, p. 349).

Muitos dos seus [de Castro Lopes] alvitres não tiveram nem podiam ter eco, porque o indivíduo, por mais autoridade e competência que deva ao trabalho e à boa fortuna, é quem menos intervém na formação e evolução das línguas – produto de *coletividades* através do tempo. Mas é incontestável que, dos persistentes esforços de Castro Lopes, ficou alguma coisa no devotado

⁶⁰ Como constata Carvalho (2009, p. 68-69), na segunda metade do século passado, a situação permanecia inalterada: “Em nenhum país lusófono há uma adoção indiscriminada de nomes próprios em inglês como no Brasil, sobretudo nos baixos estratos sociais urbanos. João, Manuel, Maria, Severina, Francisco vão sendo substituídos por Magaiver, Kelly, Marilyn, Josiley, Kennedy, Tyrone, Daiane e muitos outros, mais estranhos, que constam da lista de chamada das escolas públicas. Parece que a escolha é baseada na paráfrase ‘quanto mais estranho, melhor’”. Atualmente, de acordo com matéria publicada por uma revista semanal brasileira, que leva em conta dados referentes a 2003, há “duas preferências nacionais na hora de escolher o nome do bebê”: a opção por um nome da moda, grafado, muitas vezes, de forma altamente inusitada. Especificamente com relação a nomes estrangeiros, percebeu-se um “predomínio de nomes mais identificados com a sonoridade da língua pátria (exceções feitas a Giovanna e Kauan, ambos em meteórica e multigrafada ascensão), em detrimento dos importados que prevaleciam nas décadas de 60 e 70 – uma multidão de Wellington, Washington, Robinson e outros terminados em ‘on’. De modo geral, quanto mais alta a classe social maior a tendência a nomes ‘simples’, enquanto a quantidade de ípsilons e eles dobrados aumenta em proporção inversa. ‘Uma das explicações para a quantidade de variações do mesmo nome no Brasil é a falta de conhecimento da grafia certa. Muitas vezes, a pessoa escreve pelo som ou pelo que acha que é’”, afirma Regina Obata, professora de biblioteconomia da USP, entrevistada na reportagem – Cf. Moherdau (2004, p. 96).

amor, que muitos dos seus compatriotas consagram aos foros e regalias da língua portuguesa (FIGUEIREDO, 1956, p. 117).

Nota-se também entre os gramáticos a consciência de que a condenação de uma palavra não é algo definitivo e perene. É possível que o vício de linguagem de hoje se transforme na riqueza lexical de amanhã. Sobre isso, assim se expressa Barreto (1982a, p. 230):

O *Glossário de Galicismos* do monge beneditino está hoje antiquado e deve-se estudar com grande prudência (...). Muitas palavras das que censurou D. Fr. Francisco de S. Luís foram depois empregadas por escritores excelentes e que também se distinguem pelo zelo da propriedade e pureza dos vocábulos.

Não há dúvida de que, ao se falar em empréstimos no âmbito da gramática prescritiva, os nomes de Cândido de Figueiredo (1846-1925) e de Mário Barreto (1879-1931) são logo lembrados. Os dois autores escreveram pela mesma época, o primeiro em Portugal, o outro no Brasil. Atuavam em verdadeiros consultórios gramaticais – semelhantes aos que se veem hoje na maioria dos jornais do País –, respondiam a dúvidas de consulentes e comentavam fatos da língua, muitos deles relativos a estrangeirismos. Defensores da pureza do idioma português, cultores de um estilo rebuscado e grandiloquo, vários de seus escritos provocariam riso, se fossem vistos com os olhos de hoje. Observem-se alguns deles:

a) Fora dos limites do necessário e do útil, são altamente condenáveis, e não-se de castigar sem misericórdia, palavras estrangeiras que intentam roubar o posto a palavras nossas, antigas e vivas, precisas, límpidas, comuns (BARRETO, 1980b, p. 343-344);

b) Os linguistas preferem, sempre que a coisa é possível, harmonizar a ortografia com a pronúncia, segundo a tradição da língua. Assim faz, entre outros, o sr. dr. Cândido de Figueiredo, o qual tem sido em nossos dias um bizarro paladim com a lança no riste em honra e defesa das excelências da vernaculidade (BARRETO, 1980b, p. 345);

c) Os dignos mestres que procuram difundir o uso e amor da língua portuguesa, pura e castiça, fazendo-lhe a propaganda com livros, nas cátedras onde ensinam, em jornais ou revistas, e fazem advertências endereçadas a impedir a corrupção do idioma, são ridicularizados com os apodos de *puristas*, *pedantes*, *gramáticos*, por aqueles que, em vez de confessar que empregam as construções viciosas ou bárbaras por ignorância das castiças e corretas, preferem fazer do sambenito gala, e mofar dos que mantêm os foros da sintaxe portuguesa (...) (BARRETO, 1980b, p. 371);

d) Na tradução, devemos evitar a voz *detalhes*, francesa a mais não poder. Em seu lugar temos *pormenores*, *minudências*, *particularidades* etc., como para *detalhado* há *circunstanciado*, *minucioso*, *miúdo*; e para *detalhar* há *especificar*, *particularizar*, e para *detalhadamente* há *circunstanciadamente*, *miudamente* (...). O cardeal Saraiva, Silva Túlio, Cândido de Figueiredo, Rui Barbosa, e outros puristas têm censurado os três galicismos *detalhe*, *detalhar* e *detalhadamente*. Mas parece que todas as censuras são como marteladas sobre ferro frio. A mais da gente não as quer ouvir (BARRETO, 1980b, p. 507),⁶¹

⁶¹ Sobre o galicismo *detalhe*, assim se manifesta Ali (1971, p. 104-105): “*Detalhe* (...), francesismo tão expressivo e tão afortunado, que facilmente se introduziu e adotou também nos demais idiomas cultos: em inglês, alemão, espanhol, italiano, russo, sueco e dinamarquês. Em espanhol, língua tão semelhante à nossa, foi o vocábulo *detalhe* sancionado pela autoridade da Academia, que o incluiu no seu Dicionario na edição de 1884. A palavra *detalhe* corre em boca portuguesa e brasileira há século e meio, vive e floresce hoje e anda impressa em livros e jornais.

- e) *Fornecer* (...) é vocábulo de uso corrente – dirão –, mas este fundamento não me convence, pois de uso, e até de abuso, são *constatar*, *debutar*, etc., etc.; e nenhum aspirante a escritor vernáculo os empregaria certamente (BARRETO, 1980b, p. 543);
- f) Os galicismos são corsários que me não vencem nunca ao primeiro assalto (FIGUEIREDO, 1928, p. 115);
- g) Portanto, o *tourisme* francês só poderá aporuguesar-se, passando para *torismo* ou *turismo*. (...). Teremos, pois, o *turismo* e os *turistas*. *Tourismo* poderá aplicar-se à arte de correr *touros* ou *toiros*. Para outra coisa não serve, a não ser para escalracho da língua. E para isto já cá temos francesias em barda. Antes a praga dos gafanhotos (FIGUEIREDO, 1927, p. 94-95).
- h) Tive ocasião de registrar centenaes de destemperados galicismos, a muitos dos quais me referi, para os condenar, no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* e noutros livros meus. É infinita, porém, a seara dessas plantas daninhas e exóticas (FIGUEIREDO, 1956, p. 10).
- i) Ocioso será dizer que esta praga de galicismos é mais numerosa e nociva, que a dos gafanhotos bíblicos (FIGUEIREDO, 1956, p. 115);
- j) Os franceses não são os únicos exportadores de falsos arrebiques que, em vez de enfeitar, deturpam o nosso idioma. O castelhano, o italiano, o inglês e o alemão, também têm culpas no cartório. Mas afinal as culpas são todas nossas. Eles exportam o que têm; nós importámos o que poucas vezes nos é preciso, e fingimos de pobres, sendo talvez mais ricos do que eles (FIGUEIREDO, 1956, p. 115).

Em seus últimos textos, Mário Barreto passou a adotar uma postura menos intransigente com relação a estrangeirismos. Reconheceu o poder de penetração do francês em muitos outros idiomas e passou a externar opiniões menos inflexíveis acerca do assunto. Eis algumas delas:

É vã a alegação de que é supérfluo o transplantar de uma língua a outras palavras forasteiras, quando se possui o necessário (...). Daí o grande êxito de certas palavras pedidas de empréstimo e que estão hoje espalhadas por toda a parte (...). Certo é que algumas de tais palavras têm a correlativa portuguesa; creio, porém, que poucas vezes correspondem com exatidão à mesma ideia, por mais que se haja dito e se repita com frequência o contrário, e por mais neologismos que propusesse o publicista Dr. Castro Lopes. (BARRETO, 1986, p. 67)

Compreendo muito bem que existe uma corrente poderosíssima de ideias que vêm de França aos dois países de língua portuguesa e deixa fatalmente um sedimento de vocábulos e construções novas contra cuja intrusão é impossível lutar. (BARRETO, 1986, p. 284)

Não fazemos guerra aos neologismos como os puristas acadêmicos ou academizantes ou como certos gramáticos que, à vista de termos novos, rompem em gritos e gestos de antropopitecos selváticos. Introduzir uma palavra numa língua análoga afigura-se-lhes um crime; todo neologismo lhes parece uma blasfêmia. Não querem ver que as línguas só se desenvolveram e se desenvolvem, graças à assimilação de provincianismos e até de barbarismos, e à criação contínua de neologismos, nas construções e nas palavras. (BARRETO, 1986, p. 291-292)

Puristas extremados e exagerados a evitam. Estes, porém, expungindo o termo, não suprem a falta como em casos análogos costumam, quer dizer, não recorrem a outra palavra que signifique o mesmo e de que se saiba ao certo haver sido usada pelos clássicos da língua. *Pormenor* é o substituto predileto; (...). Quem vê os fatos da linguagem com mais largueza não irá tão longe; contentar-se-á com os dous termos já admitidos no falar corrente. Tanto direito de viver tem o galicismo – não é o único – como o termo cujo emprego clássico ainda está por apurar”.

Consultando outros estudiosos, vê-se que Bueno (1967a, p. 238-239) também analisa o conceito de purismo em sua gramática histórica. Nessa obra, faz um pequeno retrospecto da questão da luta pela pureza do idioma, observável já nos períodos mais antigos da língua portuguesa. Comenta que, tanto na literatura de Portugal quanto na do Brasil, nunca faltaram livros que clamassem contra o galicismo (sempre ele!). Classifica a tese do purismo como anticientífica, pois, assim como não existem raças puras, também não há línguas puras. Com o intuito de comprovar a inutilidade do combate sistemático ao galicismo, cita a lista organizada por Duarte Nunes do Leão, em *Origens da língua portuguesa*, na qual, segundo ele, das 360 palavras condenadas, apenas 5 não estão em vigor na língua atual.

Silva Neto (1956, p. 12) lembra o fato de que

o purismo é uma arma bigúmea; se, de um lado, pela defesa das boas formas vernáculas, presta bons serviços – de outro corre o risco de contribuir para empobrecer a língua, pois levanta um obstinado muro, que opõe feroz intransigência a qualquer penetração de neologismos. O Purismo é uma exagerada e exclusiva imitação do passado, é deturpação, é imobilidade morta. O passado não deve ser um modelo cristalizado e hirto, mas um modelo em perpétuo movimento, constantemente vivificado e enriquecido.

Já Lapa (1998, p. 38) crê ser contraproducente e até grotesco lutar contra o galicismo. Ainda de acordo com o autor,

a adoção dos estrangeirismos é uma lei humana e particularmente portuguesa; constitui como que uma fatalidade, devida aos intercâmbios das civilizações. A língua, especialmente o vocabulário, só tem a lucrar com isso. O ponto está em que essa imitação não exceda os limites do razoável e não afete a própria essência do idioma nacional.

Ribeiro (1964, p. 127) define purismo como “o exagerado apego às regras gramaticais”. O autor discorda do purismo exacerbado e, por meio de uma comparação singular, censura os puristas ardorosos, os quais “representam, perante a língua, a mesma figura que esses moralistas ridículos e tartufos desempenham em nossa sociedade” (RIBEIRO, 1964, p. 128).

Num texto em que discute precisamente o conceito de purismo, Ali (1957, p. 188) diz não ver sentido na doutrina que defende a pureza da linguagem e questiona até os critérios por ela utilizados.

Não é justa nem lógica no conceder ou negar entrada a inovações que venham suprir faltas reais ou supostas. Admite latinismos, admite grecismos, não se opõe talvez a hispanismos e italianismos, mas repele os galicismos com singular veemência. Em rigor, para uma língua constituída, que de há muito possui literatura, tão intrusos são os termos que vêm de uma parte como os que arribam de outra. Se já não bastam os meios de que até agora dispúnhamos, se é preciso sair de casa a pedir, tanto humilha bater à porta da direita como à da esquerda.

Os modelos de perfeição purista eram, lembra o autor, as obras clássicas portuguesas, as quais foram escritas em um tempo em que não era costume inspirar-se literária e linguisticamente na França. Daí, a ausência de galicismos nessas produções artísticas. A partir do século XVIII, com a França a ditar normas na Europa, a situação mudou. Mas, na opinião de Ali (1957, p. 188), “não foi só a necessidade que canalizou para o português dicções francesas; cooperou também o desamparo em que a gente educada ia deixando, por menos fecundo, o cultivo da tradição vernácula”.

Sabe-se que essa superioridade francesa trouxe a campanha contra os galicismos, que inclui, como já se viu, obras como o glossário de Fr. Francisco de S. Luís, classificado por Ali (1957, p. 189) como “notável pela abundância de conceitos judiciosos”. De

acordo com o juízo crítico desse autor, o frei acertou em muitas de suas previsões quanto à incorporação de certos vocábulos; condenou, todavia, outros que se encontram “hoje de tal modo incorporados ao português, que já ninguém se lembra de discutir sobre a sua legitimidade ou, sequer, de a pôr em dúvida” (ALI, 1957, p. 189). Tais seriam os casos de *jornal*, *progredir*, *população*, *corte (tribunal)* e *rotina*.

A ideia do purismo levado às últimas consequências não é encampada por Said Ali. Segundo ele (1957, p. 201), tal modo de pensar pressupõe uma absurda concepção de linguagem que se satisfaz com o material doméstico, nem que, para isso, seja necessário ressuscitar arcaísmos e fabricar neologismos, não raro, contrários à própria índole do idioma, proporcionando um abastecimento forçado da língua, o qual não é sinal de riqueza ou de virtude.

Em outra ocasião (1971, p. 83), sobre a atuação dos puristas, nem sempre sensata, comenta:

Sentenciar não custa; mas para quem encara os fenômenos da linguagem como a ciência pede, a questão dos galicismos não consiste em julgar se são ou não são desnecessários. Melhor juiz não pode haver do que a própria linguagem quando se apodera das novas expressões e delas se utiliza a todo instante, e nunca mais as abandona, por muito que contra tal uso ou abuso bradem os zeladores da tradição antiga (...). O cardeal Saraiva e os demais puristas do seu tempo tinham ideias errôneas e confusas sobre a história do idioma. Imaginavam que a língua de Camões e Vieira fosse cousa perfeita, pura, inalterável. Acreditavam que os clássicos não introduziriam galicismos na língua em que escreviam. E eram, de fato, incapazes de o fazer; pois desconheciam em geral o francês; mas aceitavam sem discutir – para o que lhes faltava competência – os galicismos e outros estrangeirismos que porventura já eram correntes no idioma.

Melo (1981, p. 151) também comenta a ação dos vernaculistas, puristas e gramáticos a partir do século XVIII contra a onda de francesias, assinalando que “algum efeito sempre produziu a contínua campanha dos defensores da língua, porém muito alta vai a contribuição de Além-Pirineus”.

O autor (1981, p. 151) combate os galicismos “desnecessários ou tolos” – não esclarece o que quer dizer com isso –, afirmando que

justo é que se guarde a pureza do idioma, justo que se mostre a riqueza vernácula e que se ponha a nu a pedanteria ou a ignorância dos veiculadores de galicismos desnecessários ou tolos. Mas é preciso ter medida, reconhecer que o empréstimo é fenômeno normal em toda língua viva, curvar-se diante do *fato* e, sobretudo, não deixar influir antipatias e gostos pessoais no julgamento. Porque puristas há por aí tão radicalmente contrários às francesias, que as querem de qualquer modo substituir, ainda seja que por um espanholismo ou por grotescas vozes manipuladas com elementos gregos ou latinos.

Cunha dedica todo um capítulo – intitulado justamente “O terrorismo purista” – de sua obra *Língua portuguesa e realidade brasileira* à análise da questão do purismo. De saída, pergunta:

Quando gramáticos e escritores, para resguardo da pureza idiomática – entendida como suprema virtude da expressão –, propõem uma rigorosa barreira alfandegária à entrada de termos e construções estrangeiras, que conceito têm de *pureza*? O português é o latim numa evolução de vinte séculos, ao qual cedo se incorporaram elementos gregos, das línguas indígenas da Península Ibérica, dos conquistadores godos e árabes e, posteriormente, uma quantidade enorme de palavras francesas, provençais, italianas, espanholas, inglesas, alemãs e, também, das línguas africanas, asiáticas e americanas. Que significa então português *puro*? (CUNHA, 1981, p. 29).

Na visão de Cunha (1981, p. 35), em lugar de promoverem a condenação sistemática aos estrangeirismos, os gramáticos portugueses e brasileiros deveriam preocupar-se mais com as condições de aclimatação dessas palavras ao português. Na conclusão do texto, Cunha opina não ser o estrangeirismo algo facilmente extirpável de um idioma. Além disso, lembra que muitos dos itens léxicos estrangeiros que se instalaram no português ingressaram igualmente noutras línguas, constituindo os chamados “barbarismos universais” de que fala Manuel Bandeira em seu poema “Poética”.

Consoante os autores pesquisados permitem supor, o comportamento purista não se circunscreve somente à esfera do estrangeirismo, ainda que haja uma forte relação entre as duas noções. Apesar de tudo o que hoje se sabe acerca do comportamento das línguas, o temor de que um idioma possa vir a ser descaracterizado e até mesmo aniquilado pela influência de outro ainda vive em alguns corações e mentes, especialmente naqueles mais suscetíveis ao alarmismo, sendo a mudança linguística, não raro, ao contrário do que ocorre em outros setores da vida, encarada como fator de decadência.

O desejo de manter a língua, uma realidade histórico-cultural, num estado perene de fixidez e de repouso é absurdo e vai contra a própria natureza do funcionamento da linguagem, em que transformação e mudança se fazem sempre presentes.

No mundo lusófono, o combate ao estrangeirismo, de forma ingênua, nunca levou em conta o ponto fulcral da questão, quer dizer, a razão principal do acolhimento de tantas unidades léxicas alógenas, que não é outra senão a dependência cultural e o atraso científico e tecnológico.

Resultado de uma ideia ultrapassada, a de que “a aceitação de elementos de outras línguas era vista como uma degradação, uma abdicação da mentalidade coletiva” Câmara Jr. (1977, p. 77-78), o purismo intransigente já não pode mais encontrar espaço no âmbito dos estudos linguísticos modernos. Também não tem mais sentido – se é que algum dia o teve – a concepção de gramático todo-poderoso a ditar regras norteadoras dos usos linguísticos gerais, como se vê desde o *Appendix Probi*, uma das primeiras manifestações do gênero, a qual, como bem se sabe, já naquela época não alcançou os propósitos esperados.

Por fim, seguem algumas palavras de Saramago (1991, p. 193-194), que bem podem sintetizar todo o anteriormente exposto:

Eu penso que a língua, e essa é que é a questão fundamental, deve manter a sua vitalidade e, sem perder a sua identidade, abrir-se. Sim, porque não podemos fechar a língua a sete chaves, a pretexto de que é um cabedal precioso. E se formos só ler os clássicos e não pensarmos no tempo de hoje, então teremos uma língua, eventualmente perfeita, eventualmente pura, eventualmente formosa, mas que já não será deste mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Manuel Said. *Meios de expressão e alterações semânticas*. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

_____. O purismo e o progresso da língua portuguesa. In: _____. *Dificuldades da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957, 179-201.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 1985.

- AMARAL, Vasco Botelho do. *Cultura, defesa e expansão da língua portuguesa*. Lisboa: Revista de Portugal, 1944.
- BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.
- . Cassandra, Fênix e outros mitos. In: FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Parábola, 2004, p. 49-83.
- BARRETO, Mário. *Através do dicionário e da gramática*. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença/INL/FCRB/MEC, 1986.
- . *De gramática e de linguagem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença/INL/FCRB/MEC, 1982a.
- . *Fatos da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença/INL/FCRB/MEC, 1982b.
- . *Novíssimos estudos da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença/INL/FCRB/MEC, 1980a.
- . *Novos estudos da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença/INL/FCRB/MEC, 1980b.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev., ampl. e atual conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica: ciência das significações*. Coord. e rev. téc. da trad. Eduardo Guimarães. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.
- BUENO, Francisco da Silveira. *A formação histórica da língua portuguesa*. 3. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 1967a.
- . *Estudos de filologia portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1967b.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- . *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico/INL/MEC, 1977.
- . *Manual de expressão oral e escrita*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CARVALHO, Nelly. *Empréstimos linguísticos*. Recife: UFPE, 2002.
- . *Empréstimos linguísticos na língua portuguesa*. São Paulo: Cortez, 2009.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
- CRYSTAL, David. *A dictionary of linguistics and phonetics*. 4. ed. updated and enlarged. Oxford: Blackwell, 1997a.
- . *The Cambridge Encyclopedia of Language*. 2. ed. New York/ Melbourne: Cambridge University Press, 1997b.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. rev. e acresc. de um suplemento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

- CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 8. ed. atual. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.
- DUARTE, Paulo. Prefácio. In: AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira: gramática, vocabulário*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC/INL/MEC, 1982.
- DUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de linguística*. 9. ed. Dir. e coord. ger. da trad. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973.
- ELIA, Sílvio. *Dicionário gramatical*. 3. ed. Rio de Janeiro/Porto Alegre/ São Paulo: Globo, 1962.
- FARACO, Carlos Alberto. Empréstimos e neologismos: uma breve visita histórica. *ALFA – Revista de Linguística*, 45. São Paulo: UNESP, 2001, p. 131-148.
- FEIJÓ, Luiz Cesar Saraiva. *A linguagem dos esportes de massa e a gíria no futebol*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UERJ, 1994.
- FIGUEIREDO, Cândido de. *O que se não deve dizer: bosquejos e notas de filologia portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Clássica, 1927, vol. III.
- . *Os estrangeirismos*. 6. ed. corr. e melh. Lisboa: Clássica, 1956, vol. I.
- . *Problemas de linguagem*. 4. ed. Lisboa: Clássica, 1928, vol. I.
- HAENSCH, Günther *et al.* *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JOTA, Zélio dos Santos. *Dicionário de linguística*. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1981.
- LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LEITE, Marli Quadros. *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999a.
- . Purismo no discurso oral culto. In: PRETI, Dino (Org.). *O discurso oral culto*. 2. ed. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999b, p. 79-113.
- MACIEL, Maximino. *Gramática descritiva*. 12. ed. aum. e refund. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Francisco Alves, 1931.
- MARTINS, Antonio. *Arthur Azevedo: a palavra e o riso*. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.
- MOHERDAUI, Bel. Soletre, por favor. *Veja*. São Paulo: Abril, 11.02.2004, p. 96-97.
- MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 4. ed. rev. e ampl. Campinas: Pontes, 2002.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*. São Paulo: UNESP, 2003.

- NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 8. ed. Lisboa: Clássica, 1975.
- _____. Galicismos. In: _____. *Digressões lexicológicas*. Lisboa: Clássica, 1928.
- PAXECO, Elza. *Galicismos arcaicos*. Lisboa: Revista de Portugal, 1949.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática histórica*. 7. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1932.
- PINTO, Edith Pimentel. Século XX. In: SPINA, Segismundo (Org.). *História da língua portuguesa*. Cotia: Ateliê, 2011, p. 515-583.
- RESENDE, Otto Lara. Palavras inventadas. In: *Bom dia para nascer*. Sel. Matinas Suzuki Jr. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 98.
- RIBEIRO, Joaquim. *Estética da língua portuguesa*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro/São Paulo: J. Ozon, 1964.
- RODRIGUES, Diego *et al.* (Coord. Edit.). *Larousse ilustrado da língua portuguesa*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2004.
- SARAMAGO, José. Mesa-redonda sobre a relação entre a língua portuguesa e os diversos ramos do saber. In: ESTRELA, Edite. *Bem dizer bem escrever: itinerário linguístico-cultural*. 2. ed. Lisboa: Notícias, 1991.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1956.
- STÖRIG, Hans Joachim. *A aventura das línguas: uma viagem através da História dos idiomas do mundo*. Trad.: Glória Paschoal de Camargo. São Paulo: Melhoramentos, 1987.
- TAGLIAVINI, Carlo. *Orígenes de las lenguas neolatinas: introducción a la filología romance*. Trad.: Juan Almela. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- VASCONCELLOS, José Leite de. *Lições de filologia portuguesa*. 4. ed. enriq. com notas do autor, pref. e anot. por Serafim da Silva Neto. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1966.
- VASCONCELOS, Carolina Michäelis. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Revista de Portugal, 1946.
- VERDELHO, Telmo. Dicionários portugueses, breve história. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida (Orgs.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas, FFLCH/ USP; Campinas: Pontes, 2002, p. 15-64.